

RELAÇÕES BRASIL-ÁFRICA: Um estudo sobre a perspectiva de mudança da Política Externa Brasileira nos governos Dilma, Temer e Bolsonaro¹

BRAZIL-AFRICA RELATIONS: A study over the perspective of brazilian foreign policy change in the governments of Dilma, Temer and Bolsonaro.

Gabriel Antônio da Silva²

RESUMO: Mediante o fim do governo de Lula da Silva, e, conforme novos líderes políticos rotacionavam a presidência do Brasil, inflexões passaram a serem observadas no papel brasileiro para a África, culminando na ausência de uma significativa agenda de política externa brasileira para a região. Em um mundo cada vez mais pautado em trocas multilaterais, o estreitamento com a África representa bastante valor para a posição brasileira no cenário internacional. O trabalho em questão busca destacar fatores caracterizantes de perda de interesse nos governos posteriores, partindo de Dilma Rousseff até Jair Bolsonaro, ao passo que evidencia o papel de Lula da Silva na fundamentação de uma política externa mais ativa no continente. Com esse propósito, e através do respaldo de aspectos conceituais presenciados em Hermann (1990), este trabalho é guiado por uma investigação que contextualiza a política externa para a África, dos presidentes estudados, e apresenta fontes primárias de informação, a partir de viagens presidenciais até novos projetos de cooperação estabelecidos, a fim de constatar a hipótese de que o objetivo da política externa brasileira para o continente africano se alterou a partir da mudança presidencial.

Palavras-chave: Política externa brasileira; África; Lula; Temer; Bolsonaro.

ABSTRACT: Towards the end of Lula da Silva's government, and, as new political leaders rotated through the Brazilian presidency, changes were observed in Brazil's role towards Africa, culminating in the absence of a significant Brazilian foreign policy agenda for the region. In a world increasingly based on multilateral exchanges, closer ties with Africa are of great value to Brazil's position on the international stage. The paper in question seeks to highlight factors that characterize the loss of interest in subsequent governments, from Dilma Rousseff to Jair Bolsonaro, while highlighting the role of Lula da Silva in the foundation of a more active foreign policy on the continent. To this end, and with the support of conceptual aspects from Hermann (1990), this paper is guided by an investigation that contextualizes the foreign policy of the presidents studied towards Africa, and presents primary sources of information, from presidential trips to new cooperation projects established, in order to verify the hypothesis that the objective of Brazilian foreign policy towards the African continent has changed since the presidential change.

¹ Artigo científico apresentado ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia, sob orientação da Prof. Dr. Sandra Aparecida Cardozo.

² Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia.

Keywords: Brazilian foreign policy; Africa; Lula; Temer; Bolsonaro.

1. Introdução

Ainda que haja uma forte ligação cultural e histórica do Brasil com a África, devido a todo o contexto que engloba a presença de africanos aqui, nem sempre as relações que abrangem as duas partes foram próximas. O fim do tráfico negreiro na segunda metade do século XIX causou o retraimento dessas relações, que só voltaram a ter forças após a Segunda Guerra Mundial, mediante o enfraquecimento da Europa e o crescimento das correntes anticoloniais que se espalharam por todo o continente (Franciso et al., 2021). Então, logo nos anos 1960, visando ocupar a lacuna possibilitada pela ausência europeia na região, o Brasil, sob liderança de Jânios Quadros, idealizou uma nova pauta com vias de reaproximação, que foi a Política Externa Independente (PEI), fazendo-se como primeiro passo da retomada da presença brasileira no continente (Francisco, et al, 2021).

Embora os países da África estivessem finalmente conquistando suas independências, os processos internos na política brasileira e os respingos do colonialismo criaram barreiras para que uma reaproximação significativa fosse de fato concretizada. Levando isso em consideração, e após décadas de movimentações políticas, a inflexão para o continente só ocorreu significativamente com a admissão de Luiz Inácio Lula da Silva na presidência do Brasil em 2003.

Sob efeitos de sua investidura ao maior cargo do executivo, Lula da Silva, reconheceu no continente africano papel imprescindível para o fortalecimento das relações Sul-Sul diante do cenário internacional cada vez mais multilateral, principalmente com o fim da Guerra-Fria. Dessa forma, a região africana passou a ser objetivo da Política Externa Brasileira (PEB), a qual identificava oportunidades de desenvolvimento mútuo, se pautando em cooperações horizontais, estratégia que garantiu ao Brasil destaque e credibilidade no sul Global, elevando o país como uma das lideranças entre os países em desenvolvimento.

Com o continente africano representando parte cada vez mais importante das dinâmicas do cenário internacional, é crucial que sua presença seja considerada nas estratégias da política externa brasileira. Ainda que o continente africano não figure como um dos maiores parceiros econômicos do Brasil, o seu papel concede contribuições alternativas às de subserviência expressadas nas dinâmicas Norte-Sul, possibilitando relações que engrandecem ambas as partes no contexto multilateral.

Ao conceder relevância para a reaproximação com a África, a qual foi objeto pertinente para a política externa e para a inserção internacional, projetaram-se incertezas na saída de Lula da Silva do cargo de presidente. Diante disso, surge como hipótese central entender como a mudança de governantes refletiu na concepção de um novo objetivo da política externa para o continente africano, reproduzindo-se na degradação da estratégia praticada em Lula da Silva e da posição do Brasil como referência nas dinâmicas Sul-Sul.

Almejou-se, portanto, investigar as inflexões sucedidas na estratégia da PEB para a África à medida que mudanças de governantes eram observadas. Em vista disso, contamos com Charles Hermann, referência no âmbito da mudança de política externa, para elucidar motivadores e resultantes capazes de serem notados na análise proposta. Alinhado à uma contextualização da política externa para a região a partir de Lula da Silva, transcorrendo por Dilma Rousseff, Michel Temer, e findando em Jair Bolsonaro. Finalmente são apresentados dados capazes de nos munir com informações necessárias para corroborar com a análise, no intuito de aglutinar e justificar o estudo.

Para tal finalidade, o vigente trabalho buscou se estabelecer sobre uma abordagem hipotética-dedutiva, partindo do pressuposto de que com a entrada de novos líderes à frente da presidência do Brasil puderam ser observadas mudanças no objetivo da política externa para a África. E, em razão de sustentar a hipótese, foram usufruídas, além das bibliografias que concernem ao tema de Política Externa Brasileira, fontes primárias de informação – valores monetários do comércio exterior, viagens presidenciais realizadas, número de projetos inaugurados nos respectivos governos, e discursos de posse de ministros.

2. Aspectos conceituais sobre mudanças de política externa

Com o fim da Guerra Fria e, conseqüentemente, do mundo bipolar, fomos conduzidos a um Sistema Internacional (SI), que presenciou a democratização, independência e resolução de conflitos em diversas nações durante os anos 1980 e 1990, principalmente as subdesenvolvidas, cedendo espaço ao multilateralismo. É nesse contexto que o referencial teórico deste artigo surge, através do texto *Changing Course: When Governments to Redirect Foreign Policy*, de Charles Hermann (1990), obra a qual estuda e procura entender as motivações da mudança de política externa. Também compõe esse presente artigo obras as quais julgo expansoras para a minha análise, citando, Hudson (2005) e Putnam (2010), com função de enriquecer as teorias que cercam a Política Externa.

Não tão diferente do ambiente internacional vivido por Hermann, também passamos por um período onde mudanças no cenário internacional são extremamente recorrentes. Governos mudam, líderes caem, novos líderes surgem, pressões externas e internas são sentidas, organizações se renovam, e assim por diante. Mudanças são presenciadas em diversas formas e cenários, nos menores e maiores. Portanto, conceituar as mudanças, investigar suas fontes causadoras, e entender o processo de decisão, tornam-se parte vital e importante dos estudos das Relações Internacionais (RI).

Sabendo que, a mudança está intrinsecamente ligada aos movimentos das RI, principalmente aos que dizem respeito à política externa e às suas mudanças, Hermann (1990), buscará compreender o que compõe a mudança, ou seja, o que fundamenta um país a tomar rumos diferentes no que tange à sua política externa, já que as mudanças neste âmbito são sempre assertivas, tanto as positivas quanto as negativas. Evidentemente, o entendimento desses elementos se torna algo inestimável, por conta de suas consequências práticas em relação às instituições e às pessoas (Hermann, 1990). Com esse objetivo, Hermann (1990), irá conceitualizar a definição de política externa na seguinte forma:

Começando com o conceito de política externa, vamos estipular que se trata de um programa orientado a objetivos ou a problemas, elaborado por formuladores de política competentes (ou pelos seus representantes), direcionado a entidades fora da jurisdição política dos formuladores de política. Em outras palavras, é um programa (plano) concebido para resolver algum problema ou perseguir algum objetivo que implique ação em relação a entidades estrangeiras. O programa presumivelmente especifica as condições e os instrumentos da política pública. (Hermann, 1990, p.5)

Sendo assim, podemos incorporar aqui, através de um esquema proposto pelo autor, que, por meio dessa definição, existem ao menos quatro níveis crescentes de mudança observáveis, onde a política externa pode ser submetida (Hermann, 1990). O primeiro nível de mudança é o de ajustes, onde ocorrem alterações na intensidade do afinco da política externa, e seu escopo de ação, porém, a essência de sua motivação não muda, o que é feito ou como é feito se mantém o mesmo (Hermann, 1990). Já o segundo nível é inferido nas mudanças de programa, diferentemente das mudanças de ajuste, essa é qualitativa em vez de quantitativa, representando sua mudança nos métodos e meios para se alcançar um objetivo ou solucionar um problema, envolvendo novos instrumentos estatais, como por exemplo, alcançar um objetivo através da diplomacia no lugar do uso forças militares (Hermann, 1990).

Subsequentemente temos o terceiro nível, que se trata das mudanças do objetivo/problema da política externa, de forma que, o objetivo/problema inicial é substituído ou simplesmente descontinuado, resultando em uma alteração dos propósitos nessa mudança

de política externa (Hermann, 1990). O quarto nível, identificado como a configuração mais extrema da mudança de política externa, apresenta mudanças de orientação internacional, caracterizadas assim, pois implicam no redirecionamento de toda a orientação do ator em suas relações mundiais (Hermann, 1990). Se colocando em contraposição a formas menores de mudança que dizem respeito a um único tópico ou um conjunto determinado de atores, o quarto nível de mudança envolve uma mudança nas atividades internacionais e no papel do ator, onde múltiplas políticas são simultaneamente alteradas, o que frequentemente muda seu posicionamento em relação a outras nações (Hermann, 1990).

É válido ressaltar que, ao seguirmos com as ideias do autor, um redirecionamento significativo de política externa só é conceituado nos três últimos níveis de mudança, que são: os meios (programa), fins (objetivo/problema), e orientação geral (Hermann, 1990). Logo, para entendermos as condições que possibilitam um redirecionamento maior da política externa, precisamos compreender o papel dos sistemas políticos internos e tomadas de decisão burocráticas nesse área, tendo respaldo no autor (Hermann, 1990).

Começaremos pela área da política interna, sendo de extrema importância ressaltar a compreensão de que mudanças dentro do âmbito interno vão impactar no âmbito externo. É com essa compreensão em mente, e em conformidade com o autor, que entendemos que governantes e seus governos, os quais são formadores de política externa, precisam do respaldo de círculos eleitorais para que continuem suas políticas - círculos estes constituídos por instituições, grupos de interesse, oficiais militares, grupos étnicos, elites econômicas, etc. (Hermann, 1990). Então, quando mudanças acontecem com tais círculos eleitorais, sejam elas no alinhamento com essas instituições, nas preferências políticas, ou até mesmo no sistema político como um todo, impactos serão sentidos na política externa, apontando uma ligação forte do sistema político com instituições eleitorais (Hermann, 1990).

Vale citar, Putnam (2010), como meio de enriquecer o referencial teórico, o qual explicita em sua obra, que, tomadores de decisões estatais estão à mercê do “jogo de dois níveis”. Termo o qual se refere ao desafio imposto aos tomadores de decisões, pois eles precisam jogar o jogo de políticas internas e o jogo de políticas externas ao mesmo tempo (Putnam, 2010). Faz-se aqui relação não somente com essa obra, mas com muitas outras dentro do campo das Relações Internacionais.

Segundo Hermann (1990), existem inúmeras maneiras distintas em como a política interna influencia a política externa. Uma dessas maneiras surge nas disputas de poder político, como eleições, onde líderes políticos competindo entre si vão se diferenciar, também, através do posicionamento em relação à política externa, e, caso o vencedor dessa eleição seja um

governante novo, a política externa conseqüentemente mudará (Hermann, 1990). Todavia, a política externa de um governo existente pode mudar para deter a sua derrota, tornando-se uma forma de se diferenciar de um adversário (Hermann, 1990).

Outra forma de influência da política interna é a de uma mudança abrupta dos círculos eleitorais domésticos dominantes. Como já citados antes, estes são uma peça chave na manutenção de um governo, que por conseqüência reflete na política externa, diante disso, quando temos uma mudança intensa de uma instituição dominante, seja na sua moral ou atitudes, isso afeta a opinião de um grande número de indivíduos (Hermann, 1990). Complementando esses cenários de ação da política interna na externa, temos um mais extremo, que consiste na alteração, reformulação, ou revolução do sistema político ou econômico, citando o exemplo do autor "...quando uma junta militar toma o poder de partidos políticos, os círculos eleitorais mudam" (Hermann, 1990, p. 7). Portanto, temos uma troca completa das instituições que fazem parte do círculo eleitoral, onde a política externa apenas se mostra presente apenas como uma parte conseqüente desse processo, e não um fator central (Hermann, 1990).

Mediante ao trecho "Apenas seres humanos podem ser verdadeiros agentes, e é a sua atuação que é a fonte de toda a política internacional e de todas as mudanças nela contidas" (Hudson, 2005, p. 2-3), conseguimos dar luz à conceitualização da tomada de decisão burocrática, parte importantíssima para o entendimento de que a política externa contemporânea tem sua ação coordenada por indivíduos ou organizações (Hermann, 1990). Estes são responsáveis por coletar e analisar conhecimentos e dados, contudo, é preciso averiguar as condições burocráticas que governam o processo político para que possamos compreender melhor as mudanças de política externa, uma vez que opções e escolhas são feitas por ministros, membros de gabinete, ou seus representantes (Hermann, 1990).

Logo, o foco que busco trazer aqui, é o de que mudanças na política externa precisam ultrapassar barreiras frequentes de estruturas e processos políticos e administrativos (Hermann, 1990). Inércia burocrática e procedimentos operacionais padrões estão entre as fontes de resistência à mudança (Hermann, 1990). Portanto, com base na tese do autor, são necessários indivíduos chave com conhecimentos e habilidades para contornar restrições organizacionais, para que então haja uma superação das resistências burocráticas já citadas (Hermann, 1990).

Com as assimilações feitas acerca da tomada de decisão burocrática, vimos como mudanças expressivas na política externa dependem da presença de talento humano especializado suficiente para superar e contornar entraves estruturais nas organizações e processos que regem a política (Hermann, 1990). Assim sendo, não causa espanto dizer que

mudanças expressivas de política externa acontecerão com mais frequência, quando há a mudança de governo acompanhada do surgimento de novos líderes (Hermann, 1990). Para o autor, novos líderes, além de trazer consigo novos ares, também são mais aptos a criar mudanças organizacionais e novas observações chave (Hermann, 1990).

As distintas áreas apresentadas, investigam e levantam inúmeras fontes do que seriam os causadores de mudanças expressivas de política externa (Hermann, 1990). Tendo isso em conta, o autor, consoante com os entendimentos literários postos acima, elabora uma classificação de autoria própria, do que, na sua compreensão, seriam as fontes de mudança da política externa (Hermann, 1990).

Diante disso, para Hermann (1990), fontes de mudança da política externa são:

1) orientadas pelo líder; no momento em que o chefe de governo se empenha, usando de sua energia e convicção para impor seu ponto de vista em relação ao redirecionamento necessário na política externa;

2) advogadas por burocratas; mesmo parecendo contraditório com o que já foi dito, sobre a burocracia ser uma forma de resistência contra as mudança de política externa, aqui, temos um grupo dentro do governo buscando advogar pela mudança, onde, usualmente serão oficiais de posto médio com alcance ao alto escalão do governo, todavia, os mesmos se mantêm em uma posição que privilegia a identificação de gargalos da conjuntura atual e, por entenderem como o governo funciona, compreenderão o que deve ser feito para romper a resistência;

3) reestruturações internas; essencialmente, estão ligadas aos segmentos politicamente significativos da sociedade, como por exemplo, elites econômicas, os quais serão propulsores de mudança, dado que um governo precisa do suporte dos mesmos, assim sendo, quando mudam de opinião ou ponto de vista, tornam-se agentes de mudança da política externa;

4) choques externos; procedem de acontecimentos internacionais dramáticos de grande escala, que, de maneira imediata, geram um impacto no receptor e garantem certa evidência indeclinável, logo, convertem-se em estímulos para uma mudança expressiva de política externa

Ademais, existe a possibilidade, de que essas fontes de mudança de política externa interajam entre si, tanto de forma simultânea, em conjunto, como também uma pode acionar a

outra, exemplificando, um choque externo leva ao reestruturamento interno (Hermann, 1990). Quando o autor coloca todo esse material à mostra, conseguimos visualizar mais claramente os níveis de mudança de política externa, e as fontes que geram essa mudança. Contudo, governos mudam sua política externa através de um processo de tomada de decisão, que se encaixa entre a fonte e a mudança, diante disso, Hudson (2005) complementa esse ideário final do papel humano como agente e fonte da mudança.

Um dos estudos mais essenciais para o campo das ciências sociais, e principalmente das RI, é o que se pauta na compreensão de como os humanos enxergam e reagem ao mundo à sua volta, e em como esses mesmos humanos moldam e são moldados pelo mundo que os cerca. Toma-se para o campo das RI a importância de atuar aqui, visto que, tudo que acontece entre e através de nações está diretamente ligado aos tomadores de decisões humanos, agindo em grupos ou sozinhos (Hudson, 2005).

3. Política Externa dos presidentes Lula a Bolsonaro

3.1. A importância de Lula da Silva para as relações Brasil-África

Luiz Inácio Lula da Silva, concorreu à presidência do Brasil, tendo sua inevitável vitória em 2002 ao vencer o candidato José Serra, assumindo o poder em 2003, e o mantendo até 2010, com a sua reeleição em 2006. As ações de Lula da Silva, frente ao governo do Brasil (2003-2010), garantiram transformações extremamente importantes para a Política Externa Brasileira e um papel de destaque no cenário internacional. Um dos destaques, e, peça chave dessa pesquisa, foi a reaproximação do Brasil com a África, realçando o movimento de cooperação Sul-Sul, e que caracterizou firmemente a Política Externa (PE) de Lula da Silva.

Anteriormente a Lula da Silva, o comportamento internacional brasileiro durante extensos períodos do século XX foi pautado por uma série de valores e ideais que estabeleciam a “autonomia” como objetivo primordial e o “desenvolvimento econômico” como forma de se chegar a isso (Pinheiro, 2004 *apud* Milhorange, 2013). Por conta disso, grande parte das relações que o Brasil possuía com o continente africano eram pautadas pelo economicismo, assim, existia um afastamento fortemente transmitido entre africanos e brasileiros, e que era reforçado por discursos de conexão que confinavam as relações Brasil-África aos aspectos afetivos e culturais (Francisco *et al.*, 2021).

Vale ressaltar que a política do Brasil para a África encontrou caminhos de aproximação antes do período Lula, destacando a Política Externa Independente (PEI) dos anos 60. Política

a qual alcançou a abertura de embaixadas em países emancipados, e também apoiava movimentos de independência colonial, além de reforçar oposição contra o subdesenvolvimento e abraçar o não alinhamento automático (Milhorange, 2013). Também foram testemunhados esforços nas décadas seguintes, principalmente por intermédio das contribuições de Ernesto Geisel como presidente do Brasil de 1974 a 1979, o qual se fez presente no reconhecimento da independência de Gana, além de ampliar relações brasileiras com países comunistas e africanos, mesmo que de forma mais contida e assistida, e por consequência houve um distanciamento perceptível de Portugal (Milhorange, 2013).

Com uma crise econômica cada vez mais presente no Brasil, durante os anos 80 e 90, muitos desses esforços perdem seu lugar de destaque. Ocasiona-se um direcionamento focado principalmente em países lusófonos, o que por consequência resulta na criação da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) em 1996 (Milhorange, 2013). Como dito previamente, as relações políticas do Brasil com a África durante esse período não foram além da superfície, onde o Itamaraty era colocado em segundo plano com o desempenho de funções tecnicistas e seletivistas (Francisco et al., 2021).

Ao tomar um caminho diferente dos líderes anteriores ao seu governo, Lula da Silva propôs uma nova visão para a relação do Brasil com países subdesenvolvidos. Durante seus dois mandatos foi realizada uma estratégia mais ampla, que condizia com o estreitamento de relações com a África, visando a escalada do Sul Global. (Francisco et al., 2021). Almejando isso, juntamente com o apoio do então empossado ministro Celso Amorim, Lula da Silva desempenhou uma Política Externa Pragmática que se alinhava ao Universalismo, encontrando na dinâmica Sul-Sul, espaço para o surgimento de expressivas oportunidades econômicas e políticas. (Francisco et al., 2021)

Primeiramente, destaco um trecho do discurso de posse de Celso Amorim, como ministro do Ministério das Relações Exteriores (MRE) como ponto onde essa virada de chave é demonstrada:

Forjaremos alianças com grandes países em desenvolvimento. Reforçaremos o diálogo com a China, a Rússia, a Índia, o México e a África do Sul, entre outros. Desenvolveremos, inclusive por meio de parcerias com outros países e organizações, maior cooperação com os países africanos. Angola e Moçambique, que passaram por prolongados conflitos internos, receberão atenção especial. Valorizaremos a cooperação no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (a CPLP) (Brasil, 2003).

O âmbito econômico foi fortemente afetado através da ofensiva terceiro-mundista projetada pelo governo de Lula da Silva, todavia, a política internacional foi o cenário onde

essa ofensiva teve seus maiores frutos. A atuação diplomática aqui, alcançou grandes feitos durante os 8 anos de governo de Lula, “houve a abertura e/ou reativação de 19 embaixadas brasileiras no continente africano, além das 32 viagens realizadas por Lula para 21 países, e as 67 viagens feitas por Celso Amorim a 31 países” (Francisco et al., 2021, p. 188).

Através desta mesma diplomacia que se evidenciou o papel da cooperação técnica, aqui aparecendo em uma abordagem Sul-Sul. Com o intuito de propiciar a geração e o emprego de mão-de-obra da região, a cooperação Sul-Sul cumpre o papel de transferir conhecimentos praticados por países em desenvolvimento para outros países em desenvolvimento, por se tratarem de contextos mais próximos isso facilita a adesão, se distinguindo das cooperações costumeiras de caráter Norte-Sul (ABC, s.d.; Milhorange, 2013). Destaca-se como um “...compromisso com uma ordem social e econômica mais justa e solidária, em uma postura dita “não indiferente” às mazelas que afligem os países menos desenvolvidos...” (Mendonça; Faria, 2015, p. 13)

Por meio desta forma de atuação empenhou-se para que houvesse distanciamento das expressões que envolviam o conceito de assistência, marcando o caráter horizontal da cooperação (Milhorange, 2013). Ao se afastar do arquétipo de transmissão passivo e unidirecional de tecnologias e conhecimentos, o Brasil ganhou o reconhecimento e confiança do Sul Global, apostando na cooperação estruturante para através da integração e do desenvolvimento e ao usufruir dos recursos e competências particulares (Buss; Ferreira, 2010 *apud* Milhorange, 2013). Por fim, mediante a consolidação de parcerias bilaterais, e sem delinear ameaças ao Norte Global, a Cooperação Sul Sul tem ênfase na política, valendo ressaltar que a finalidade da mesma é a de reestruturar a ordem internacional e o sistema econômico vigentes (Pino, 2009 *apud* Milhorange, 2013).

Baseado nesses conceitos a Cooperação Sul-Sul brasileira foi responsável por um programa de política externa repleto de ações para a África. No decorrer dos dois mandatos de Lula da Silva, 238 acordos de cooperação técnica foram estabelecidos no continente africano (Mendonça; Faria, 2015). De acordo com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), a cooperação técnica age como um dispositivo que almeja promover o desenvolvimento nacional e a aproximar a relação entre as nações, sendo através do papel das trocas de conhecimento que se estabelece o desenvolvimento socioeconômico (Brasil, s.d.).

Devido à quantidade extensa de acordos estabelecidos, diversas áreas foram abrangidas, entretanto, três áreas tiveram significância superior, sendo elas: agricultura, saúde e educação (Lopes, 2014 *apud* Francisco et al., 2021). Evidenciou-se no campo agrícola a presença da Empresa Brasileira de Pesquisa Agrícola (Embrapa) que, em colaboração com a ABC,

desenvolveu diversos projetos, destacando os que ocorreram nos países como Senegal, Moçambique, Benin, Chade, Togo e Burquina Fasso (Banco Mundial/IPEA, 2011 *apud* Francisco et al., 2021). Além de implantar um escritório satélite em Gana, na cidade de Acra (Milhorange, 2013)

No que se refere ao campo da saúde, o papel desempenhado pelo Brasil foi notório, com 53 atos bilaterais em 22 países africanos, projetando-se no combate ao HIV/AIDS, anemia falciforme e malária (Banco Mundial/IPEA, 2011 *apud* Francisco et al., 2021). Em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), sucedeu a abertura de uma fábrica de retrovirais em Moçambique, na cidade de Maputo, logo, foi assumido um compromisso de condução nas pesquisas farmacêuticas ligadas a diversos centros e instituições de pesquisas africanos, com capacidades de difundir medicamentos e pesquisas para países próximos (Banco Mundial/IPEA, 2011 *apud* Francisco et al., 2021).

No fim, é essencial ressaltar juntamente dos dois campos citados, o campo da educação. Neste, em colaboração com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), a presença brasileira foi responsável pela abertura de inúmeras instituições de formação profissionalizante (Banco Mundial/IPEA, 2011 *apud* Francisco et al., 2021). Também se destacaram presentes programas de graduação e pós-graduação para estudantes, em um formato de convênio (Banco Mundial/IPEA, 2011 *apud* Francisco et al., 2021).

Aproveitando da conjuntura de caráter expansivo em que a África se encontrava, oportunidades econômicas foram desenvolvidas, marcando o crescimento das trocas econômicas entre o continente africano e o Brasil (Francisco et al., 2021). Então, na primeira década do século 21, ainda que de forma tímida, a inserção brasileira cada vez mais presente nesse mercado causou novos efeitos nas relações econômicas entre as duas partes, enfatizando o salto de US\$4 bilhões para US\$20 bilhões no volume cambial em um período de 10 anos (2000-2010) (Mello, 2017 *apud* Francisco et al., 2021). Demonstra-se assim, acréscimo de 408% nesse mesmo volume, resultado de esforços com finalidade de expandir e diferenciar parcerias, se aproveitando do cenário propício para investimentos externos diretos (Mello, 2017).

Conforme Milhorange (2013) apontou, as relações Brasil-África foram supletivamente pautadas pela cooperação técnica, comércio exterior, investimentos e pelo diálogo político. Diante disso, a estratégia brasileira configurou relações essenciais para o fomento do poderio político através da cooperação e aproximação com nações emergentes no sistema internacional, conseguindo apoio tanto dentro da ONU, como também na OMC (Francisco et al., 2021). Nesse mesmo cenário é onde a África ganhou espaço, destacando a África do Sul como parceiro

importante, levando à criação do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS) , e posteriormente estruturando o que veio a ser os BRICS (Francisco et al., 2021).

Mediante esta exposição, é imprescindível frisar a magnitude da ocupação de Lula da Silva no cargo de maior relevância no poder executivo brasileiro. Em somente dois mandatos foi responsável por causar grandes mudanças não somente na política interna do país, bem como na política externa, atendendo a uma nova abordagem que redefiniu as relações Sul-Sul. Foi estabelecido um patamar alto para a diplomacia presidencial, elevando o nível de cooperações bilaterais, e da inserção internacional que o Brasil se colocou, cada vez mais presente, nos levando a questionar se seria possível que esses bons ventos continuassem a soprar nos governos futuros em que Lula da Silva não estivesse a frente.

3.2. A continuidade de Dilma Rousseff

Em 2010, após dois mandatos, caracterizados em oito anos de governo, muito se esperava de quem sucederia Lula da Silva, na presidência da república. Seu governo provocou grandes saltos de cunhos político, social e, principalmente econômicos, resultando em uma balança que cedia fortemente para o lado positivo. Lula da Silva, então, colheu para si uma aprovação de 87%, que, conseqüentemente, difundia a necessidade de um próximo representante à altura do seu governo, e é nessa necessidade que surge Dilma Vana Rousseff (Bonin, 2010).

Muito do que se construiu para a subida de Rousseff à presidência do Brasil era em função de buscar uma sequência nos acertos do então ex-presidente Lula da Silva. Em diversos setores pôde se destacar a presença do fator de continuidade, todavia, o foco do presente artigo se dá na Política Externa Brasileira, em específico para a África. Assim, no que tange à Política Externa Brasileira, já era evidente a ideia de continuidade, podendo ser observada prontamente no discurso de posse do ministro das relações exteriores no dia 2 de Janeiro de 2011:

“Orientaremos a ação externa do Brasil preservando as conquistas dos últimos anos e construindo sobre a base sólida das realizações do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. (...) Comprometo-me ademais a manter uma agenda ativa com nossos parceiros na África – intensificando nossa cooperação e nosso diálogo com o continente irmão.” (Patriota, 2011)

Como apontado por Silva (2019), Rousseff manteve os componentes teóricos observados no período Lula. Verificando-se, então: características de país conciliador, predomínio do multilateralismo alinhado com estratégias financeiras e comerciais, e ideias de

inclusão em prol da produção (Lima, 2010 *apud* Silva, 2019). No que diz respeito à continuidade em componentes prévios, não há como discordar da sua existência, entretanto, durante o seu governo houve uma decadência no interesse demonstrado e nas iniciativas realizadas em favor da Política Externa (Silva, 2019).

O ambiente em que Dilma Rousseff foi inserida era diferente do presenciado por Lula da Silva, principalmente quando tratamos do segundo mandato, sendo mais dificultoso e hostil (Oliveira; Mallmann, 2020). Muitos gargalos foram sentidos logo nos primeiros anos de governo, sendo fatores geradores do contexto testemunhado. As matrizes internas de crescimento conduzidas por Lula da Silva, com bases na redistribuição de renda e mercado interno (crédito de fácil acesso), adjuntas à perpetuação de juros e cotação cambial, se tornaram uma lâmina de dois gumes, dificultando ainda mais as questões burocráticas domésticas (Teixeira; Pinto, 2012 *apud* Oliveira; Mallman, 2020).

Em nível externo, elementos de instabilidade foram experienciados de maneira mais agressiva do que no período de Lula da Silva, tendo como referencial a crise econômica que assolava o mundo, chegando no Brasil de forma mais tardia (Oliveira; Mallmann, 2020). Além disso, se torna pertinente destacar o surgimento de diversos protestos no Norte da África e Oriente Médio, em um movimento chamado “Primavera Árabe”, responsável por perpetuações de instabilidade em inúmeras partes do continente africano, dificultando o surgimento de novos projetos e a manutenção dos já existentes (Oliveira, 2015).

Um dos pontos de quebra nos projetos estabelecidos por intermédio de Lula da Silva na África foi o fechamento do escritório internacional da Embrapa, que residia em Gana, logo no primeiro mandato de Dilma Rousseff (Walendorff, 2020). A posição da Embrapa em Gana era de extrema importância dentro do continente africano, visto que, exercia suporte para 36 dos 58 países presentes na África no ano de 2006 (Walendorff, 2020). Porém, grande parte desse projeto estratégico foi esgotado, por ingerência dentro da Embrapa, mediante o escândalo de Pedro Arraes, que comandou a Embrapa no período citado, e que foi acusado de utilizar a empresa pública em favor de interesses próprios (Barrocal, 2013). Bem como por falta de esforços efetivos do governo ao lidar com a presença cada vez mais profunda das multinacionais nesse cenário (Walendorff, 2020).

Grande parte dos abalos econômicos externos atingiram o âmbito doméstico e estimularam na população uma insatisfação que tinha destino, o governo de Rousseff. Devido às tensões crescentes, durante o espaço de tempo de 2013-2016, inúmeros protestos eram difundidos, inicialmente sob perspectivas de insatisfações gerais, como o Movimento Passe Livre em 2013 (Silva, 2019). No entanto, se observou uma piora no quadro de

descontentamento, com associações de corrupção em relação ao partido da então presidenta, o PT, além das prévias problemáticas que responsabilizavam o governo por índices econômicos negativos (Silva, 2019). Nesse horizonte, foram abertos espaços para a escalada de movimentos de direita como Movimento Brasil Livre (MBL), coordenando a atenuação da popularidade de Dilma Rousseff (Silva, 2019).

Conforme a crise interna se acentuava, era possível perceber a defluência da política externa brasileira (Oliveira; Mallmann, 2020). A competência do MRE foi notoriamente afetada, sofrendo com cortes de recursos, ou seja, havendo então uma diminuição no corpo constituinte do Itamaraty, posicionando entraves na manutenção e elaboração de estratégias para o exterior (Cornetet, 2014). Neste âmbito, os esforços e atenções se viraram para as adversidades internas, e a Política Externa Brasileira perdeu a relevância antes expressa no governo anterior, principalmente no que concerne ao tópico de diplomacia presidencial (Oliveira; Mallmann, 2020).

Apesar das dificuldades aparentes, a ABC, em conjunto ao governo brasileiro, teve seu papel perpetuado no primeiro mandato de Rousseff. Efetivou-se a continuação de 61 projetos de cooperação horizontal previamente estabelecidos por Lula da Silva com países da África, em adição à instauração de 156 outros. (Oliveira; Mallmann, 2020). Já no segundo mandato, entre os anos de 2015 e 2016 foram iniciados 16 projetos de cooperação, juntamente da ABC (Oliveira; Mallmann, 2020).

Na esfera econômica, em relação à África, foi possível identificar duas fases particulares para o volume cambial (Oliveira; Mallmann, 2020). O volume cambial demonstrado nos quatro primeiros anos permaneceu seguro, com uma média de US\$ 27 bilhões, resultado da intensificação de importações e estabilidade das exportações (Brasil, s.d.). Contudo, com a chegada de seu segundo mandato, verificou-se um descompasso neste volume cambial, que alcançou em 2016 um desempenho de somente US\$ 12,4 bilhões, evidenciando a decadência em exportações e importações que acometiam a segunda fase do governo Rousseff, com números que não eram vistos desde 2005 (Brasil, s.d.).

Em comparação com Lula da Silva, Dilma Rousseff era uma líder diferente, em um contexto diferente, valendo destacar o fato de ser a primeira mulher a se tornar presidente do Brasil. Compreende-se, portanto, que, embora seu governo tenha vivenciado barreiras internas e externas, as relações e cooperações ampliadas por Lula da Silva com o continente africano ainda se mantiveram como compromisso valioso para a Política Externa Brasileira, mesmo que em menor expressividade. E diferentemente de Lula da Silva, Rousseff, não completa os dois mandatos para os quais foi eleita, tendo em vista o processo de impeachment sofrido pela

mesma no ano de 2016. Quem continua no governo com a saída de Dilma Rousseff é seu vice, Michel Temer.

3.3. A quebra com Michel Temer

Concomitantemente com o afastamento de Dilma Rousseff, cria-se um vazio no cargo mais importante do executivo brasileiro, e é nesse cenário que seu vice, Michel Temer, assume a presidência do Brasil. Em alinhamento com a insatisfação de parte da população em relação às questões econômicas e políticas, sua ascensão apostou em uma reforma econômica de caráter ortodoxo (Silva, 2019). Temer alegou a presença de um Estado abarrotado de despesas, inoperante, necessitado de reformas nas estruturas construídas por meio dos governos petistas (Silva, 2019).

Suas propostas advinham de interesses puramente econômicos, almejando superávits primários com capacidade de aliviar a dívida pública cada vez mais crescente (Silva, 2019). Por consequência, sucedeu-se a difusão e aplicação de pautas reformistas, como o novo regime fiscal, e a reforma trabalhista (Silva, 2019). Estas mesmas reformulações estruturais tinham respaldo de elites econômicas, tal como de grupos sociais que se fizeram presentes no processo de impeachment, vislumbrando em Michel Temer, oportunidade para suas demandas e, principalmente, uma escapatória da crise econômica que afetava o Brasil (Benites, 2016; Farias, 2017 *apud* Silva, 2019).

Dada a instabilidade econômica manifestada interna e externamente, evidentemente a atenção de Temer se virou para as questões internas, deixando a maior parte dos assuntos externos para o Itamaraty e os chanceleres (Oliveira; Mallmann, 2020). Com a nomeação de José Serra frente ao MRE, demonstrou-se uma tentativa de estabelecer uma nova postura de cunho neoliberal para a Política Externa Brasileira, distintivamente da neodesenvolvimentista observada em Lula da Silva e Rousseff (Oliveira; Mallmann, 2020).

No âmbito que concerne ao continente africano, esse novo caráter da política externa se tornou rapidamente perceptível dentro do discurso de posse do então chanceler, destacado na citação abaixo:

Estaremos empenhados igualmente em atualizar o intercâmbio com a África, o grande vizinho do outro lado do Atlântico. Não pode esta relação restringir-se a laços fraternos do passado e às correspondências culturais, mas, sobretudo, forjar parcerias concretas no presente e para o futuro. Ao contrário do que se procurou difundir entre nós, a África moderna não pede compaixão, mas espera um efetivo intercâmbio econômico, tecnológico e de investimentos. Nesse sentido, a solidariedade estreita e

pragmática para com os países do Sul do planeta terra continuará a ser uma diretriz essencial da diplomacia brasileira. Essa é a estratégia Sul-Sul correta, não a que chegou a ser praticada com finalidades publicitárias, escassos benefícios econômicos e grandes investimentos diplomáticos (Brasil, 2016).

Ao investigar o respectivo discurso, verifica-se uma conotação mais técnica e economicista para as relações Brasil-África (Brasil, 2016). Conseqüentemente, é possível considerar que houve um esforço para afastar a política externa brasileira dos empreendimentos estruturados nos governos petistas, ao passo que se propôs uma “estratégia Sul-Sul correta”, deixando o vazio dessas relações restrito ao campo econômico, o que transcorreu no distanciamento político-social com o continente (Brasil, 2016).

Em 2017, José Serra é substituído na posição de chanceler, e com a sua saída se consta a admissão de Aloysio Nunes no cargo. O mesmo era um ferrenho crítico da política externa nos governos petistas, acentuando e reforçando a “mudança de ênfase e orientação” unido à “desideologização” da política externa (Silva, 2019). Ainda que tenha ocorrido a alteração de ministro do MRE, nada em maior escala foi alterado.

Além das relações com a África, o governo de Temer enfrentou severas dificuldades na conjuntura internacional. Conforme sua popularidade decaía em função do controverso impeachment que o colocou no poder, diversos líderes mundiais apontavam resistência contra o então presidente Michel Temer (Oliveira; Mallmann, 2020). Tal resistência se reproduziu no distanciamento com nações da América Latina, do MERCOSUL, dos BRICS e da União Europeia, principalmente daquelas que se identificavam como governos alinhados à esquerda (Oliveira; Mallmann, 2020; Silva, 2019). Ao dar ênfase para a desarmonia apresentada pelo Brasil, foi possível assimilar que o governo de Temer buscava legitimidade para os seus atos, segundo Silva (2019), apoiando-se em relações bilaterais com os Estados Unidos à medida que se apartava da cooperação Sul-Sul e de outras fontes de influência.

No que compete à diplomacia presidencial, pouco foi performado por Michel Temer para a África, em decorrência das duas singelas visitas no ano de 2018 (Brasil, s.d.). Sendo uma com destino a Cabo Verde e a segunda à África do Sul, em virtude aos BRICS (Brasil s.d.).

Agora, para o campo econômico em relação à África, a gestão Temer teve êxito em retomar os volumes comerciais para padrões melhores do que os encontrados ao final da gestão de Dilma Rousseff (Oliveira; Mallmann, 2020). Foram apontados durante os dois anos do governo Temer índices otimistas para as relações econômicas entre o Brasil e o continente africano (Oliveira; Mallmann, 2020). Saindo da marca de US\$ 12,4 bilhões no período Rousseff em 2016, e fechando seu último ano de governo com um leve aumento, desempenhando US\$

14,7 bilhões (Brasil, s.d.). Assim sendo, o governo de Michel Temer materializou as alterações de objetivo da política externa ao conduzir a mesma para um viés mais econômico, diferente do viés político desempenhado anteriormente, reproduzindo-se também no saldo inferior de projetos e cooperações inaugurados por intermédio da ABC durante o mesmo, representando apenas 40 (Brasil, s.d.; Oliveira; Mallmann, 2020)

Conforme a gestão Temer chegava ao fim, tornou-se explícito que a política externa não era uma agenda de prioridade dentro de seu governo, posta de lado à custa das questões internas (Silva, 2019). Destoante do planejamento proposto por Lula da Silva e continuado por Dilma Rousseff, Michel Temer descartou o papel do Brasil como mediador dos países desenvolvidos em contraste aos desenvolvidos (Borges, 2013 *apud* Oliveira; Mallman, 2020). Ao optar por uma estratégia que apostava em relações bilaterais contrariamente às multilaterais expressadas de antemão, o papel da África como peça fundamental no fortalecimento das vozes do Sul global foi relegada durante o período Temer, privilegiando parceiros preexistentes, como por exemplo os Estados Unidos (Borges, 2013 *apud* Oliveira; Mallmann, 2020).

3.4. O distanciamento de Bolsonaro do continente africano

Rumando ao fim do governo de Michel Temer, houve o surgimento de Jair Messias Bolsonaro, político de extrema direita que ganhava cada vez mais espaço na corrida eleitoral. E antes mesmo da conclusão das eleições de 2018, já orbitavam incontáveis controvérsias sob a candidatura de Jair Bolsonaro, as quais deixavam especialistas e acadêmicos preocupados com a possibilidade de sua vitória. Parte das controvérsias que envolviam o presidenciável de extrema direita e a sua candidatura, possuíam cunhos racista e discriminatório, inconsequentemente refletiu-se no âmbito externo uma visão duvidosa frente a múltiplos países, especialmente aos que pertenciam ao continente africano (Francisco et al., 2021).

Um dos episódios que marcam esse período foi a fala polêmica do então candidato à vice-presidência de Jair Bolsonaro, Hamilton Mourão. Em um discurso sobre a política externa brasileira o mesmo empregou a expressão “mulambada” ao se aludir a países africanos e latinos, e que pode ser conferido no excerto “Partimos para aquela diplomacia que foi chamada de sul-sul, e aí nos ligamos com toda a mulambada, me perdoe o termo, existente do outro lado do oceano e do lado de cá que não resultaram em nada, só em dívidas, e estamos tomando calote” (Maia, 2018).

A limitada vinda de representantes da África na cerimônia de empossamento de Jair Bolsonaro ao cargo de presidente refletiu as consequências dos pronunciamentos controversos

não somente do presidente, mas de seu corpo presidencial como um todo, por meio da simples presença de dois chefes de Estados (o presidente do Cabo Verde e o primeiro-ministro de Marrocos) e dois chanceleres (um de Angola e o outro de Guiné) (Brasil, 2018).

Então, antes mesmo das eleições findarem, já era apresentada uma ruptura não somente no decoro de discursos oficiais, mas principalmente nas pautas identitárias que conduziram as relações brasileiras com a África durante décadas (Francisco et al., 2021). Obviamente, com a decisiva vitória de Jair Bolsonaro nas eleições de 2018, derrotando o então candidato Fernando Haddad, e compreendendo sua eventual ascensão à presidência do Brasil, foi pressuposto que mudanças aconteceriam na política externa brasileira. E de fato aconteceram, a começar pela escolha de um diplomata de carreira para a posição de chanceler, Ernesto Araújo. O próprio era adepto ao projeto político de reformulação proposto pela candidatura de Bolsonaro, e que, foi atestado em trechos do seu discurso de posse, como nos citados abaixo:

Um dos instrumentos do globalismo, para abafar aqueles que se insurgem contra ele, é espalhar que, para fazer comércio e negócios, não se pode ter ideias nem defender valores (...) vamos desburocratizar os setores de promoção comercial nas Embaixadas no Exterior, transformando-os em verdadeiros escritórios comerciais capazes de gerar negócios e ocupar novos mercados para os nossos produtores (...) Nós negociamos muitas vezes a partir de uma posição de fraqueza, como se estivéssemos implorando acesso a mercados, quando na verdade deveríamos negociar a partir de uma posição de força, como um dos maiores e potencialmente o maior produtor de alimentos do mundo, por exemplo (...) Nós orientaremos todas as relações bilaterais e multilaterais para a geração de resultados concretos para o emprego, a renda e para a segurança dos brasileiros (...) No sistema multilateral político, especialmente na ONU, vamos reorientar a atuação do Brasil em favor daquilo que é importante para os brasileiros – não do que é importante para as ONGs (Brasil, 2019).

Observando o discurso de posse do então chanceler é plausível observar um viés econômico não tão discrepante do apresentado no período Temer. A questão econômica ainda era um aspecto muito influente devido à demanda por estabilização econômica interna, ocasionando na organização de um programa de política externa que almejava resultados financeiros. Já no ordenamento político, pouco foi dito, com exceção de críticas ao globalismo e menções à uma reorientação da atuação brasileira em ambientes multilaterais, buscando uma autonomia maior frente ao cenário internacional. Também é importante destacar que não houve menções à África ou a qualquer outro país, deixando um tom de incerteza no que se refere às estratégias que seriam tomadas para a política externa brasileira.

O âmbito internacional similarmente passava por mudanças, com o crescimento de movimentos conservadores e a ascensão da extrema direita pelo mundo. Do mesmo modo, foi possível perceber uma crescente onda de criticismo voltada aos moldes do multilateralismo, performada por estes mesmos governos “antiglobalistas” em ascensão, fator gerador de uma

crise de credibilidade nos organismos internacionais (Silva, 2022). No âmbito destacado, a política externa de Bolsonaro se elencou em estreitar vínculos tão somente com nações que compartilhassem da mesma posição ideológica performada pelo Brasil, a de direita (Silva, 2022).

Nessa política externa “renovada”, pretendeu-se uma convergência com países desenvolvidos, ao mesmo tempo que se presenciava um distanciamento pragmático dos países em desenvolvimento (Silva, 2022). No sentido posto, verificou-se o retorno de uma mentalidade muito presente na política externa brasileira dos anos 1990, no período onde o então presidente Fernando Collor de Mello legitimava a disposição com potências ocidentais sobre o pretexto de que para o Brasil era mais sensato ser “o último entre os primeiros do que o primeiro entre os últimos” (Penha, 2011 *apud* Francisco et al., 2021). Passam, assim, a habitar ares de desconfiança na cooperação Sul-Sul, sedimentando entraves nas relações brasileiras com o Oriente Médio, e principalmente com a África.

Fora a eventual presença em 2019 do chanceler Ernesto Araújo no continente africano, ao visitar quatro países (Angola, Cabo Verde, Senegal e Nigéria) para promover parcerias de cooperação bilaterais em áreas comerciais e de segurança, foram escassos os esforços praticados para a região (Francisco; Santos; Alves, 2020). Na realidade, os esforços além do âmbito econômico foram negativos, assimilando um recuo do Brasil no continente logo em 2020, em que, através da mobilização do Itamaraty foram encerradas duas embaixadas na África, para mais outras cinco no Caribe. No que concerne a região estudada no artigo, os corpos representativos brasileiro presentes em Serra Leoa e na Libéria foram dissolvidos e transferidos para embaixada brasileira em Gana, o que expôs o desmantelamento da política externa brasileira, principalmente para o Sul global (Brasil, 2020).

Nos primeiros meses do ano de 2020 um novo vírus foi descoberto na cidade de Wuhan na China. Nomeado como Covid-19, possuía capacidade altamente contagiosa e em questão de meses se espalhou pelo mundo, concebendo a pior pandemia do século XXI até então (OPAS/OMS, s.d.) Em maio de 2023, quando a OMS decretou o fim da pandemia, as estimativas de casos registrados e não registrados eram cerca de no mínimo 20 milhões de mortos no mundo todo, sendo centenas de milhares somente no Brasil (Brasil, 2023; AFP, 2023). Grande parte dos motivos causadores do desastre de saúde no Brasil se deram na orientação da política externa brasileira em conluio com o então presidente Jair Bolsonaro, que ao seu alinhar com o Ocidente, principalmente com os Estados Unidos, replicou o tom negacionista e anti-vacina manifestado na ideologia de Donald Trump, o então presidente estadunidense (Silva, 2022).

Investigando o quadro pandêmico sob a gestão de Bolsonaro, observou-se uma política interna de inércia para ações de combate à pandemia. Pouco foi feito em efetivo, visto que, o governo se ocupava em divulgar informações equivocadas, ridicularizar recomendações e atacar a comunidade científica, com finalidade de desacreditar os mesmos (Silva, 2022). A política externa brasileira também apresentou esse vácuo político, de modo a não possuir ações próprias, o que acompanhou um tom agressivo frente a organismos internacionais e países que advogavam por medidas de contenção (Silva, 2022).

Jair Bolsonaro, então buscou apoio para os seus comportamentos em líderes de direita pelo mundo, porém, sua jogada foi mal calculada. Conforme a pandemia se mostrava cada vez mais devastadora, muitos dos líderes que antes serviam de respaldo para o então presidente, não mais defendiam abertamente medidas negacionistas, passando a apresentar cunho moderado e propostas de contingência diante do vírus (Silva, 2022). Portanto, ao empenhar-se para encontrar responsáveis pela desastrosa gestão econômica e de saúde que o país vivia, e que foram conduzidas pelo mesmo, Bolsonaro se viu em um isolamento político, tanto no Brasil como no exterior, resultantes do distanciamento de antigos parceiros a serviço dos interesses dos Estados Unidos (Silva, 2022).

Foi possível, então, sentir falta de um programa de política externa que combatesse os efeitos da pandemia do Covid-19, especialmente no sentido da cooperação multilateral com organismos e países. Durante os governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff, o continente africano representava importância substancial em projetos de cooperação, sobretudo os que correspondiam à área de saúde (Francisco; Santos; Alves, 2020). Incubiu-se ao Brasil nos anos anteriores à Bolsonaro um perfil exportador de políticas públicas, em conformidade com a FIOCRUZ ações foram realizadas no combate à Malária e ao HIV, peças fundamentais para a inserção do Brasil no continente (Francisco; Santos; Alves, 2020).

Congruentemente ao crescimento do Covid-19 no continente africano, houve uma lacuna de soluções conjuntas e organizacionais para enfrentar a pandemia na região (Francisco; Santos; Alves, 2020). Ainda que o escritório da FIOCRUZ em Moçambique se manteve em funcionamento, pouca foi sua utilização no contexto pandêmico, a qual pôde ser ressaltada por pesquisadores da fundação, que apontavam para a falta de engajamento do Brasil na promoção de ações efetivas, como nos fragmentos de um comentário citados abaixo:

No que diz respeito aos países africanos, a cooperação Sul-Sul funciona muito mais com a China. Quando começou a pandemia, foi graças à China que muitos países receberam insumos através da União Africana(...) E o Brasil, que foi um ator importante anos atrás, está fazendo sua parte, mas é muito pouco (..) A Fiocruz, como agente do Ministério da Saúde, faz cooperação em tempos normais. Quando chega

uma pandemia, não é especializada em ajuda humanitária. Houve troca de informações, webinários especializados. A Fiocruz só poderia fazer, como o CDC dos EUA, se recebesse mandato do governo brasileiro para isso (Azevedo, 2021, s. p.).

Por intermédio da citação, denotamos com mais compreensibilidade, não somente a falta de esforços para o continente, mas também o resultado da pouquidão brasileira na África, a qual foi facilitadora da tomada do protagonismo chinês nas relações Sul-Sul. Ao se desengajar de políticas públicas, não somente para os países africanos, como também para outros em desenvolvimento, o Brasil viu seu protagonismo no Sul Global se desfazer e presenciou seu próprio isolamento internacional, tanto em relações bilaterais como multilaterais, restando a Bolsonaro, amparo em relações singulares e ineficazes (Francisco; Santos; Alves, 2020; Silva, 2022).

Nesse sentido, a execução da diplomacia presidencial também evidenciou a mudança dos esforços da política externa brasileira, ao destacarmos a falta ou excesso de viagens a dois destinos distintos. Ao final de seu mandato, Jair Bolsonaro realizou oito viagens presidenciais aos Estados Unidos, em contraste, não realizou nenhuma viagem durante seus quatro anos de governo, que tinha como destino o continente africano (Brasil, s.d.). Prudentemente, é inegável apontar que, encontros bilaterais foram empreendidos com líderes da região, mesmo que em territórios não africanos, calhando sublinhar juntamente a presença do chanceler Ernesto Araújo no continente, todavia, nenhum país da África, seguramente, acabou visitado pelo então presidente Bolsonaro (Francisco et al., 2021).

Mirando no segmento econômico, a respeito do volume comercial praticado para a África, notou-se um declínio desse volume imediatamente no primeiro ano do governo Bolsonaro. Embora o mundo estivesse presenciando uma crescente no comércio mundial nesse período, saímos dos US\$ 14,7 bilhões acumulados no último ano da gestão Temer, para US\$ 13,1 bilhões no primeiro ano do mandato de Jair Bolsonaro, no que tange ao continente africano (Brasil, s.d.). Faz-se justo entender que, a pandemia do Covid-19 acentuou recessões econômicas mundialmente, ocasionando num colapso no comércio global, e sequencialmente afetando o Brasil, que atingiu, com o continente africano, volume cambial de somente US\$ 11,5 bilhões em 2020, valor que não era visto há quase 20 anos (Moreira, 2020; Brasil, s.d.).

Porém, o quadro comercial demonstrou recuperação nos dois últimos anos à medida que a pandemia era melhor compreendida e rumava a um “fim”. No ano de 2021 obtivemos um volume comercial de US\$ 15,9 bilhões, saltando para US\$ 21,2 bilhões ao final de 2022, demonstrando um desempenho bem superior aos apresentados anualmente nos quatro anos de Dilma/Temer (Brasil, s.d.). Comprovou, então, que, as linhas econômicas, expressadas como

fundamentos essenciais para a política externa bolsonarista foram justificadas nos últimos dois anos destacados.

Um detalhe relevante que concerne à segunda etapa da gestão Bolsonaro, é o de que o próprio chanceler Ernesto Araújo, em março de 2021, pediu demissão do cargo (Ortiz, 2021). O mesmo encontrou-se culpado à vista do congresso, por efeito do atraso na aquisição de doses da vacina que ajudariam na luta contra o Covid-19, e por toda a questão do isolamento internacional que o Brasil sofria (Ortiz, 2021). Assumindo o cargo no mesmo mês, Carlos França, diplomata de carreira, de perfil conciliador, demonstrou em suas diretrizes senso de urgência para a pandemia e foco nas questões econômicas, se mantendo no cargo até o fim do governo (Brasil, 2021).

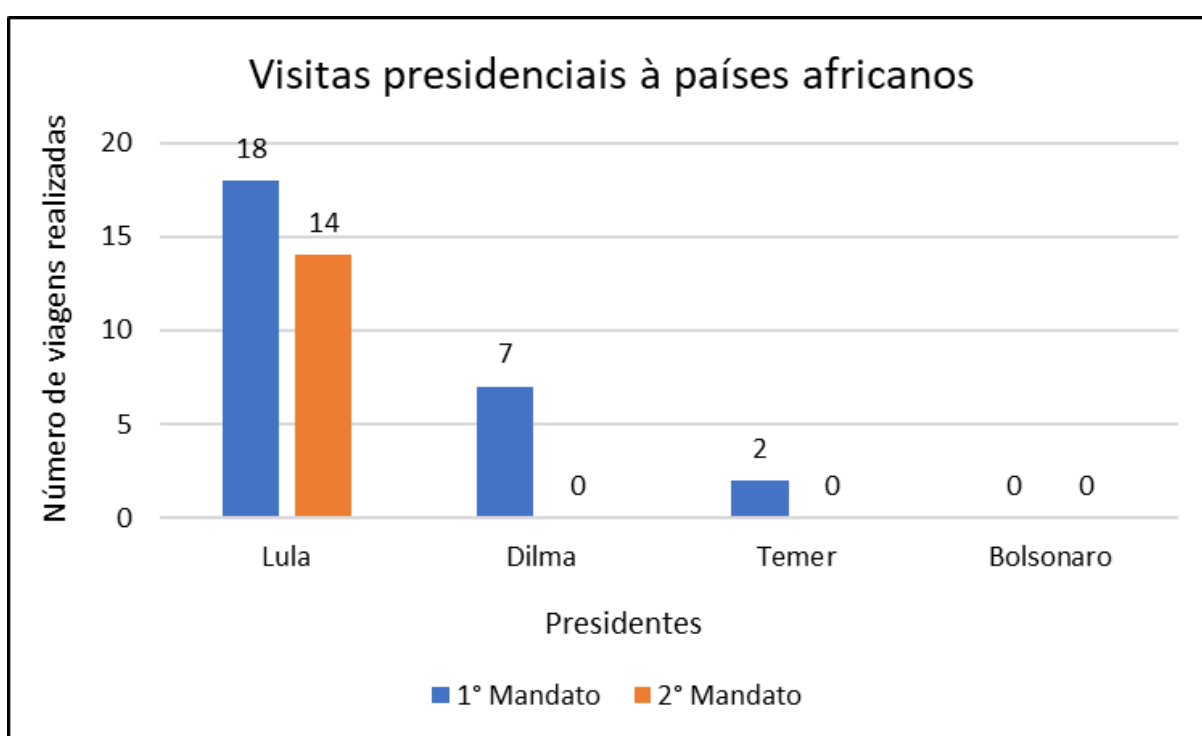
Observando os quatro anos de Bolsonaro, tornou-se perceptível que o distanciamento político e a crise sanitária mundial com o Covid-19 encolheram o desempenho econômico brasileiro para a África na primeira metade do governo, revertido com certo êxito na segunda. Ademais, a atuação brasileira em parceria com a ABC na realização de projetos de cooperação no território africano expôs um ambiente moderado para relações entre o Brasil e o continente, no qual 81 projetos de setores diversos foram iniciados e/ou concluídos durante a condução presidencial de Jair Bolsonaro (Brasil, s.d.). Por conseguinte, cria-se uma indagação de que, independentemente das declarações de cunho racistas e das tentativas de distanciamento impulsionadas pelo presidente e vice-presidente, coube aos chanceleres e ao corpo diplomático brasileiro preservar ainda que minimamente a importância da África e exprimir prudência ao tratar da região (Francisco et al., 2021).

Jair Bolsonaro, ao final de seu governo, foi capaz de observar contradições corroendo as inflexões propostas com a sua “nova” política externa. Ainda que muitos fatores aparentassem continuidade à política externa de Michel Temer, como as nuances economicistas presentes em discursos, o estreitamento de relações com os Estados Unidos, e o distanciamento da estratégia Sul-Sul, Bolsonaro levou isso além, através de um caráter perigoso e danoso para a reputação brasileira. O mesmo conduziu o Brasil para um afastamento político de parceiros consolidados, principalmente no continente africano, causando desgastes em vínculos pré-existentes, reforçado pela esquiva de sua presença na região. Apesar disso, a distanciação não foi possível ser sentida no campo econômico, que ostentou indicadores positivos, mas pode ser questionada na área de cooperação, com a instituição de um número reduzido de projetos em parceria com a ABC.

4. Análise de dados

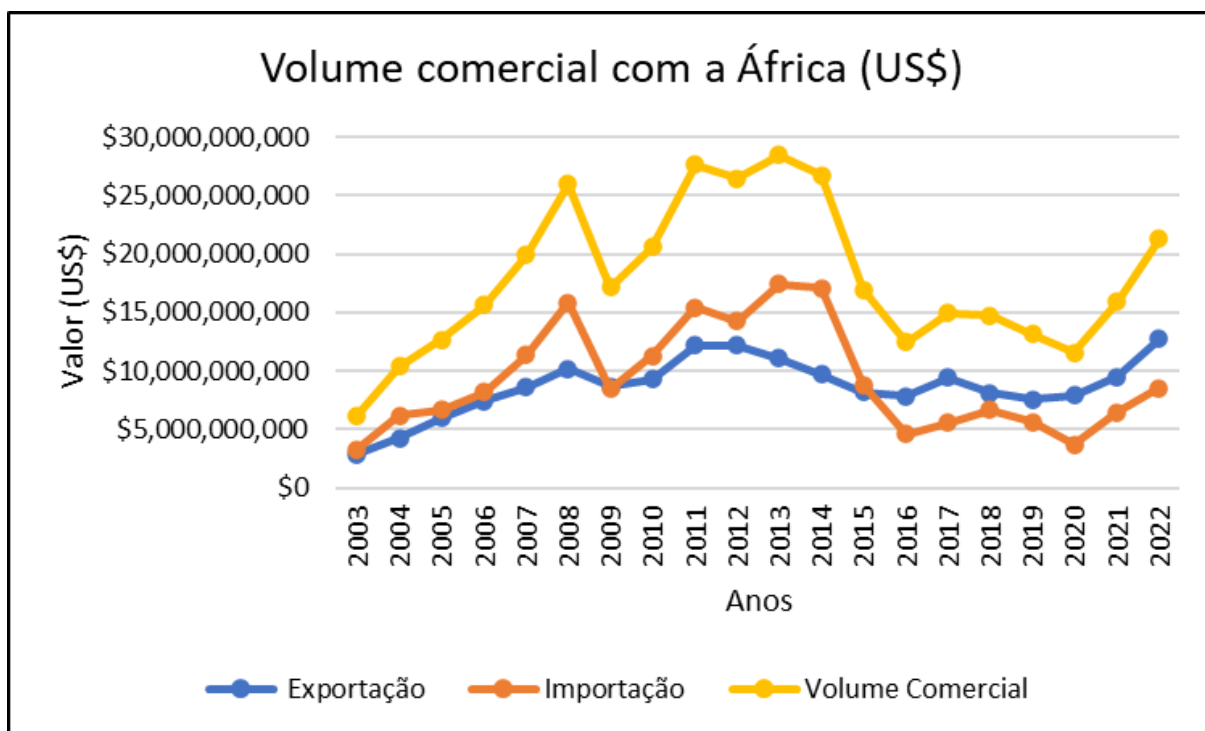
Com sentido de fortalecer bases para o estudo de mudanças na política externa brasileira, é de extremo valor realizar um estudo pragmático que corrobore com a análise proposta. Em vista disso, no presente artigo, analisamos três pontos presentes no componente textual que nos ajudarão a comprovar inflexões nas políticas externas dos governos estudados em relação à África. Dispondo do ponto de partida Lula da Silva, investigamos visitas presidenciais realizadas para países da região, o volume comercial praticado, e a quantidade de projetos propostos em conjunto da ABC.

Gráfico 1. Visitas realizadas com destino à países africanos por cada presidente



Fonte: elaborado pelo autor através de dados da biblioteca do governo, Brasil, s.d.

Gráfico 2. Volume comercial praticado de 2003-2022 com o continente africano em US\$.



Fonte: elaborado pelo próprio autor por meio de dados de Brasil, s.d.

Tabela 1. Número de novos projetos executados por cada governo para a África.

Governos	Novos projetos executados	Anos de governo
Lula	481	8
Dilma	171	6
Temer	40	2
Bolsonaro	81	4

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados de Brasil, s.d.

Prontamente, ao contemplarmos os dados elencados, concebemos de forma mais ilustrada e tangível a ideia do esvaziamento político e, de certa forma econômico, nas relações Brasil-África. Por intermédio de elementos concretos, justifica-se com mais credibilidade a

aceitação da hipótese levantada. Analisando o gráfico 1, notamos como a diplomacia presidencial para a África, peça-chave da estratégia Sul-Sul, em Lula da Silva, passa por seu desuso nos governos Dilma e Temer, até o ponto de ser descartada e inexistente na gestão Bolsonaro.

Já o gráfico 2, elencamos o volume comercial como a soma das importações e exportações de um mesmo ano, com função de designar quedas e elevações econômicas, demonstrando pontos econômicos chave, tanto no crescimento exponencial mediante os anos de Lula da Silva, como também na queda demasiada no segundo mandato de Dilma Rousseff, inclusive salientando a recuperação nos últimos anos da gestão Bolsonaro, além de representar impactos econômicos externos, tal como a crise de 2008, ou a pandemia do Covid-19 em 2020.

Por fim, a tabela 1, aponta como o empenho de Lula da Silva para o continente africano resultou em quase 500 novos projetos de cooperação em 8 anos de governo. Bem como é notável uma divergência após a sua saída da presidência do Brasil. Ainda que possam ser notados esforços para o surgimento de novos projetos de cooperação, esse esforço se apresentou em menor quantidade, o que pode ser analisado juntamente à indiferença acerca da África, representada pelos governos posteriores ao de Lula da Silva.

5. Considerações finais

Em concordância com os estudos propostos por Hermann (1990) para compreender as dinâmicas de mudança na política externa, utilizamos de seus modelos para identificar e traçar as inflexões projetadas para o continente africano durante os governos subsequentes aos de Lula da Silva. Compreendemos, então, materiais pragmáticos que nos ajudaram a detectar os níveis de mudança propostos e suas fontes causadoras. Para isso, sob a perspectiva africana, foram analisadas viagens presidenciais, número de projetos desenvolvidos, e o volume comercial praticado, juntamente de segmentos contextuais dos governos representados, alinhando-os com a premissa teórica da mudança de política externa e de APE.

Com base na investidura pragmática alinhada aos componentes teóricos, tem-se, por fim, a necessidade de denominar as mudanças observáveis dos governos discutidos, no que diz respeito ao continente africano. A política externa de Dilma Rousseff para a África, segundo os moldes de Hermann (1990), demonstrou mudança de ajuste da mesma executada por Lula. Alterando a intensidade da mesma para padrões menores, o que se provou no número reduzido de viagens para países da região, de novos projetos, e da participação econômica decadente em

seu segundo mandato, não alterando o objetivo principal da política externa, o qual ainda configurava o continente africano como parceiro estratégico.

Michel Temer, ao assumir a presidência, por efeito do impeachment de Dilma Rousseff, representou o ponto inicial em direção à mudança na PEB, pretendendo se distanciar dos governos anteriores. A inflexão testemunhada aqui, derivou-se do retorno de discursos economicistas, substituindo os cunhos político e cultural antes apontados para o continente africano. O qual, com o início da gestão Temer, serviu a um segundo plano, mediante o grau de comprometimento menor expressado, ocasionando em uma mínima quantidade de viagens presidenciais ao continente e de projetos elencados em parceria com a ABC. Portanto, consoante com a teoria, houve uma clara mudança de objetivo da PEB, evidenciado na reaproximação com os Estados Unidos, elevando o tom econômico, conforme manifestava opacidade de ações no âmbito Sul-Sul.

As mudanças observáveis em Temer, ganharam domínios mais expansivos com a ascensão de Jair Bolsonaro ao poder, onde, a política externa, passou a se portar de maneira mais ríspida em relação aos parceiros consolidados do Sul global, intentando aproximação com o ocidente. Para a África, essa rispidez também se apresentou em indiferença política, reconhecível por meio dos elementos práticos retratados, como a ausência total da diplomacia presidencial no continente, e o número simplório de novos projetos de cooperação estabelecidos em quatro anos de governo. Nada obstante, não podemos considerar uma ausência do Brasil na região, uma vez que o volume comercial, ainda que impactado em razão da pandemia do Covid-19, consagrou vislumbres agradáveis, sucedendo a pauta econômica de Temer para o continente. Logo, a mudança da política externa de Bolsonaro para a região africana pôde ser sentida no nível de desinteresse, enquanto acentuava outro objetivo, a luta “antiglobalista” e “anticomunista”, matriz da mudança no problema da política externa, desprendendo-se do governo anterior quando propôs uma “nova política externa brasileira”.

Em síntese, as mudanças testemunhadas nos governos posteriores ao de Lula da Silva, carregaram um recolhimento gradual da política externa em prol da África. No geral, não pareciam dar a devida seriedade para a política externa, como peça importante para a inserção brasileira internacional. Caracterizando as inflexões verificadas em Temer e acentuadas em Bolsonaro, constatamos um Brasil que pareceu ter dificuldades de reconhecer sua posição no âmbito multilateral. Aparentou-se um país deslocado, exercendo uma política externa contraditória com os interesses nacionais, apartando a África como parceira estratégica, ao abandonar a força do continente e as transferências políticas antes identificadas como

influentes, se limitando a trocas economicistas, por fim, colocando o Brasil em um lugar de fragilidade no sistema internacional.

6. Referências

AFP. A difícil coleta de dados sobre as mortes por Covid no mundo. **ESTADO DE MINAS**, 5 jun. 2023. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2023/05/05/interna_internacional,1490390/a-dificil-coleta-de-dados-sobre-as-mortes-por-covid-no-mundo.shtml. Acesso em: 25 set. 2023.

AZEVEDO, Cristina. As dificuldades na África na pandemia vão além da vacina, diz pesquisador da Fiocruz. **FIOCRUZ**, 20 jul. 2021. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/dificuldades-na-africa-na-pandemia-vaio-alem-da-vacina-diz-pesquisador-da-fiocruz>. Acesso em: 20 out. 2023.

BARROCAL, André. Carta Capital revela o desmonte da Embrapa em favor das multinacionais do agronegócio. **CUT**, São Paulo, 18 mar. 2013. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/carta-capital-revela-o-desmonte-da-embrapa-em-favor-das-multinacionais-do-agrone-4fdc>. Acesso em: 14 jun. 2023

BONIN, Robson. Popularidade de Lula bate recorde e chega a 87%, diz Ibope. **G1**, Brasília, 16 dez. 2010. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2010/12/popularidade-de-lula-bate-recorde-e-chega-87-diz-ibope.html>. Acesso em: 5 mai. 2023.

BRASIL. Agência Brasileira de Cooperação. **Histórico da Cooperação Técnica Brasileira**. Brasília, Agência Brasileira de Cooperação. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/CooperacaoTecnica/Historico>. Acesso em: 14 jun. 2023.

BRASIL. Agência Brasileira de Cooperação. **Pesquisa de Projetos**. Brasília, Agência Brasileira de Cooperação. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/Projetos/pesquisa>. Acesso em: 17 mai. 2023.

BRASIL. Biblioteca: Presidência da república. **Viagens Internacionais**. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/viagens/viagens-internacionais-1o-mandato>. Acesso em: 18 jun. 2023.

BRASIL. Biblioteca: Presidência da república. **Viagens Internacionais**. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/viagens/viagens-internacionais-2o-mandato>. Acesso em: 14 mar. 2023.

BRASIL. Biblioteca: Presidência da república. **Viagens Internacionais**. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/viagens-internacionais>. Acesso em: 17 mai. 2023.

BRASIL. Biblioteca: Presidência da república. **Viagens Internacionais**. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/michel-temer/viagens-internacionais>. Acesso em: 15 mai. 2023.

BRASIL. Biblioteca: Presidência da república. **Viagens Internacionais**. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/viagens>. Acesso em: 16 mai. 2023

BRASIL. **Carlos Alberto Franco França - Discurso de posse**. Brasília, 6 abr. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/funag/pt-br/chdd/historia-diplomatica/ministros-de-estado-das-relacoes-exteriores/carlos-alberto-franco-franca-discurso-de-posse>. Acesso em: 25 maio. 2023.

BRASIL. **Celso Luiz Nunes Amorim - Discurso de posse**. Brasília, 2 jan. 2003. Disponível em: <https://www.gov.br/funag/pt-br/chdd/historia-diplomatica/ministros-de-estado-das-relacoes-exteriores/celso-luiz-nunes-amorim-discurso-de-posse>. Acesso em: 17 jun. 2023.

BRASIL. Decreto n. 10.348, de 13 de maio de 2020. Estabelece cumulatividade de Embaixadas do Brasil no Caribe e na África. **Diário Oficial da União**, Brasília, 14 mai. 2020. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=14/05/2020&jornal=515&pagina=6&totalArquivos=72>. Acesso em: 25 fev. 2023.

BRASIL. **Ernesto Araújo - Discurso de posse**. Brasília, 2 jan. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/funag/pt-br/chdd/historia-diplomatica/ministros-de-estado-das-relacoes-exteriores/ernesto-araujo-discurso-de-posse>. Acesso em: 14 fev. 2023.

BRASIL. **José Serra Chirico - Discurso de posse**. Brasília, 18 mai. 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/funag/pt-br/chdd/historia-diplomatica/ministros-de-estado-das-relacoes-exteriores/jose-serra-chirico-discurso-de-posse>. Acesso em: 7 mai. 2023.

BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. **Exportação e Importação Geral**. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>. Acesso em: 2 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. DATASUS. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Coronavírus Brasil**; [S.L.]: Ministério da Saúde, 20 out. 2023. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 21 out. 2023.

CORNETET, João Marcelo Conte. A POLÍTICA EXTERNA DE DILMA ROUSSEFF: contenção na continuidade. **Conjuntura Austral**, [S.L.], v. 5, n. 24, p. 111-150, 2 jul. 2014. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <http://dx.doi.org/10.22456/2178-8839.47628>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/47628>. Acesso em: 28 mai. 2023.

FRANCISCO, Flávio; SANTOS, Kethelyn; ALVES, Maryanna Sagio. O vácuo brasileiro nas relações Brasil-África e as transformações no continente africano. In: AZZI, Diego Araujo; RODRIGUES, Gilberto Marcos Antonio; SOUSA, Ana Tereza Lopes Marra de (org.). **A POLÍTICA EXTERNA DE BOLSONARO NA PANDEMIA**. São Bernardo do Campo, Sp: Opeb, 2020. p. 8-20. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/17340.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2023.

FRANCISCO, Flávio Thales Ribeiro; MATRONE, Giovanna Bonato; CAMPOS, Isabela Costa; SANTOS, Vitor Hugo dos. O REALINHAMENTO BRASILEIRO E O FIM DA ÁFRICA ESTRATÉGICA. In: MARINGONI, Gilberto; SCHUTTE, Giorgio Romano;

BERRINGER, Tatiana (org.). **RELAÇÕES INTERNACIONAIS EM UM MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO: as bases da política externa bolsonarista**. Santo André: Editora Ufabc, 2021. p. 183-197. Disponível em: https://editora.ufabc.edu.br/images/Bases_da_politica_externa_bolsonarista.pdf#page=184. Acesso em: 18 abr. 2023.

HERMANN, Charles F.. Changing Course: When Governments Choose to Redirect Foreign Policy. **International Studies Quarterly**, [S.L.], v. 34, n. 1, p. 3-21, mar. 1990. Oxford University Press (OUP). <http://dx.doi.org/10.23>

HUDSON, Valerie M.. Foreign Policy Analysis: actor-specific theory and the ground of international relations. **Foreign Policy Analysis**, [S.L.], v. 1, n. 1, p. 1-30, 4 fev. 2005. Oxford University Press (OUP). <http://dx.doi.org/10.1111/j.1743-8594.2005.00001.x>. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/331946/mod_resource/content/1/Hudson-2005-Foreign_Policy_Analysis.pdf. Acesso em: 16 ago. 2023.

MAIA, Gustavo. Vice de Bolsonaro, Mourão chama países emergentes de “mulambada”. **UOL**, São Paulo, 17 nov. 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/09/17/mourao-vice-de-bolsonaro-chama-aliados-do-brasil-de-mulambada.htm>. Acesso em: 14 ago, 2023

MENDONÇA JÚNIOR, Wilson; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. A cooperação técnica do Brasil com a África: comparando os governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Lula da Silva (2003-2010). **Revista Brasileira de Política Internacional**, [S.L.], v. 58, n. 1, p. 5-22, jun. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7329201500101>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/Zfd7kwm7HvXzdKR7gCrKHGK/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 11 ago. 2023.

MILHORANCE, Carolina. A política de cooperação do Brasil com a África Subsaariana no setor rural: transferência e inovação na difusão de políticas públicas. **Revista Brasileira de Política Internacional**, [S.L.], v. 56, n. 2, p. 05-22, dez. 2013. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0034-73292013000200001>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/P4jPwbcsvcMXx7hHBRgt6Np/?lang=pt>. Acesso em: 21 fev. 2023.

MOREIRA, Assis. Comércio global deve seguir caindo, diz OMC. **Valor**, Genebra, 21, mai. 2020. Disponível: <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2020/05/21/comercio-global-deve-seguir-caindo-diz-omc.ghtml>. Acesso em: 14 abr. 2023.

ORTIZ, Délis. Ernesto Araújo pede demissão do Ministério das Relações Exteriores. **G1**, Brasília, 29 mar. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/03/29/ernesto-araujo-ministro-das-relacoes-exteriores-pede-demissao.ghtml>. Acesso em: 15 mai. 2023

OLIVEIRA, Guilherme Ziebell de; MALLMANN, Vinicius. A política externa brasileira para a África de Lula a Temer. **Carta Internacional**, [S.L.], v. 15, n. 3, p. 129-150, 8 nov. 2020. Associação Brasileira de Relações Internacionais - ABRI.

<http://dx.doi.org/10.21530/ci.v15n3.2020.990>. Disponível em:
<https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/990>. Acesso em: 27 jun. 2023.

OPAS/OMS. Organização Pan-Americana da Saúde. **Histórico da pandemia de COVID-19**. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 13 out. 2023.

POSSE de Bolsonaro terá 12 chefes de Estado e de governo. **FOLHA DE S. PAULO**, São Paulo, 27 dez. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/12/posse-de-bolsonaro-tera-12-chefes-de-estado-e-de-governo.shtml>. Acesso em: 16 mai. 2023

PUTNAM, Robert D.. Diplomacia e política doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis. **Revista de Sociologia e Política**, [S.L.], v. 18, n. 36, p. 147-174, jun. 2010. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-44782010000200010>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/qZDV3KMBGGt7RQNCR37Ymkk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 jul. 2023.

SILVA, Álvaro Vicente Costa. A política externa do governo Michel Temer (2016-2018): mudanças para a legitimidade? um teste da teoria de Charles Hermann. **Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 10, n. 49, p. 23-41, 4 abr. 2019. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <http://dx.doi.org/10.22456/2178-8839.86954>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/86954>. Acesso em: 30 mai. 2023.

SILVA, André Luiz Reis da. De Dilma a Bolsonaro: as transformações matriciais na política externa brasileira. *Interacción Sino-Iberoamericana / Sino-Iberoamerican Interaction*, [S.L.], v. 2, n. 1, p. 1-26, 1 mar. 2022. **Walter de Gruyter GmbH**. <http://dx.doi.org/10.1515/sai-2022-0007>. Disponível em: <https://www.degruyter.com/document/doi/10.1515/sai-2022-0007/html>. Acesso em: 25 jul. 2023.

WALENDORFF, Rafael. Embrapa vê erro de estratégia e planeja voltar para África. **Valor**, Brasília, 20 jan. 2020. Disponível em: <https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2020/01/20/embrapa-ve-erro-de-estrategia-e-planeja-voltar-para-a-africa.ghtml>. Acesso em: 19 jul. 2023.